



POR ONDE CAMINHA A INTOLERÂNCIA: NOTAS SOBRE O RACISMO RELIGIOSO NA NAÇÃO KETU (QUETO)

JÚLIA TERTO DE ARRUDA⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, através de uma pesquisa etnográfica, explorar as discriminações direcionadas às religiões de matriz africana, com foco específico no caso do terreiro de tradição ketu/queto *Ilê Asé Ayaba Omi*. A intenção é compreender quais são essas formas de discriminação e como influenciam a experiência dos praticantes, especialmente no contexto da participação desses grupos na sociedade e na prática de sua religiosidade. Além disso, busca-se analisar como a abordagem de Clifford Geertz (2008), exposta por Daniel Pals (2019), sobre a religião como sistema cultural proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais associadas ao fenômeno do racismo religioso.

Palavras-chave: Racismo, Religião, Cultura, Ketu, Intolerância.

ABSTRACT

The present work aims, through ethnographic research, to explore the discrimination directed at African-based religions, with a specific focus on the case of the ketu/queto traditional yard Ilê Asé Ayaba Omi. The intention is to understand what these forms of discrimination are and how they influence the experience of practitioners, especially in the context of the participation of these groups in society and in the practice of their religion. Furthermore, we seek to analyze how Clifford Geertz's (2008) approach, exposed by Daniel Pals (2019), on religion as a cultural system provides a deeper understanding of the cultural dynamics associated with the phenomenon of religious racism.

Keywords: Racism, Religion, Culture, Ketu, Intolerance.

⁵ Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Sociais.



Introdução

A Constituição de 1824, marcada por sua promulgação durante o período imperial do Brasil, desenha um panorama singular no tocante à liberdade religiosa. Em um contexto em que o país ainda estava sob a influência monárquica, essa constituição estabeleceu o Catolicismo como a religião oficial do Estado. Contudo, a Carta Magna do Império delineou uma delicada balança entre a oficialidade católica e o respeito à liberdade de culto.

O Artigo 5º da Constituição de 1824 surge como um ponto desse “equilíbrio”, conferindo aos cidadãos que “todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico”. Essa abertura relativa à liberdade religiosa estabeleceu um princípio fundamental para uma sociedade que, embora oficialmente vinculada ao Catolicismo, buscava “respeitar” as diversas convicções de seus habitantes. A partir disso, a liberdade religiosa passou a ser defendida por lei, mas na prática, isso não impediu a perseguição às religiões afro-brasileiras durante todo o século XX e até os dias atuais.

Hodiernamente, em meio à diversidade religiosa no Brasil, emerge uma sombra preocupante: o racismo religioso. Em um país marcado pela pluralidade de crenças e tradições espirituais, a intolerância religiosa, embora seja um termo que carrega sua própria gravidade, muitas vezes se revela insuficiente para abarcar as complexidades das violências enfrentadas por religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda.

A intolerância religiosa, de modo geral, refere-se à falta de aceitação de crenças distintas, manifestando-se por meio de discriminação ou hostilidade. Contudo, quando adentramos o âmbito específico da intolerância, nos deparamos com uma faceta mais profunda e sistêmica desse problema. Este vai além de discordâncias teológicas ou de preconceitos pessoais; ele enraíza-se em estigmas associados à origem étnica e cultural das práticas religiosas.

Diferentemente da intolerância religiosa, o racismo religioso é direcionado não apenas ao credo em si, mas a àqueles que o praticam, particularmente quando essas práticas têm raízes em tradições africanas. Os adeptos de religiões afro-brasileiras frequentemente enfrentam não apenas a incompreensão, mas também agressões físicas, profanação de seus locais sagrados e discriminação estrutural. Por sua vez, a utilização do termo “racismo religioso” e as suas implicações epistemológicas, embora defendidas por alguns autores, ainda está em evolução.

Nesse sentido, o artigo será separado em duas partes. A primeira é feita uma análise da teoria de Geertz sobre a religião como um sistema cultural e como a mesma tem um impacto importante que extravasa os limites do ritual religioso, influenciando a concepção individual de mundo e permeando áreas da vida das pessoas. Também será tratado um



pouco mais sobre as implicações do racismo na religião e como aspectos da teoria de Geertz podem ser corroboradas. A segunda parte explora a experiência do terreiro de candomblé de tradição ketu Ilê Asé Ayaba Omi com as práticas discriminatórias sofridas, e como essas discriminações afetam a experiência dos praticantes e refletem na prática de sua religiosidade.

1. A teoria de Geertz acerca da religião e da cultura

Desvendar as nuances da cultura e da religião sempre representou um desafio para os estudiosos das ciências sociais. Nesse emaranhado de questionamentos, a perspectiva antropológica de Clifford Geertz (2008) emerge com uma profunda incursão em ambos os pilares fundamentais da experiência humana. Seus conceitos sobre cultura, religião, símbolos e significados são reconhecidos como referências teóricas, proporcionando uma ampliação substancial na nossa compreensão das crenças, comportamentos e visões de mundo que moldam as sociedades.

Segundo Daniel Pals (2019), em sua obra sobre as Nove Teorias da Religião, cita o Geertz expondo que o mesmo enfatiza que, apesar de o termo “cultura” ter tido várias interpretações entre antropólogos anteriores, sua característica central reside na noção de “significado” ou “significação”. Geertz, inspirado na perspectiva de Max Weber, argumenta que os humanos são essencialmente “animais suspensos em redes de significação que eles próprios teceram” (Pals, 2019, p. 330). Isso destaca a ênfase de Geertz na importância dos significados na compreensão da cultura.

Nesse prisma, no livro “A Interpretação das Culturas” (2008), Geertz destaca sua abordagem para estudar a cultura. O antropólogo então propõe que a cultura “é tratada de modo mais efetivo, prossegue o argumento, puramente como sistema simbólico (a expressão-chave é, “em seus próprios termos”), pelo isolamento dos seus elementos, especificando as relações internas entre esses elementos passando então a caracterizar todo o sistema de uma forma geral” (Geertz, 2008, p. 12). Ou seja, sugere que ao identificar os símbolos fundamentais em torno dos quais a cultura é organizada, as estruturas subordinadas que são expressões mais profundas desses símbolos, e os princípios ideológicos que a fundamentam, é possível obter uma compreensão mais rica e profunda da cultura como um todo.

Da mesma forma, Pals (2019) indica que é crucial observar que uma cultura não é meramente composta de significados, como se fosse um sistema totalmente independente de símbolos, assemelhando-se à matemática. O comportamento ou ação também desempenha um papel importante, pois, nas palavras de Geertz, é “através do fluxo do comportamento – mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas



encontram-se também, certamente, em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência” (Geertz, 2008, p. 12). Geertz reconhece que, às vezes, as ações das pessoas podem entrar em conflito com os significados prescritos pela cultura, tornando a descrição cultural complexa e, por vezes, inconsistente. Ele ressalta a importância de reconstruir, da melhor maneira possível, o que as pessoas pensam e fazem em seu contexto cultural.

Partindo para o entendimento da religião, Geertz está mais interessado na “dimensão cultural” da religião. Aqui ele fornece uma ideia muito clara e completa do que ele entende por uma cultura:

De qualquer forma, o conceito de cultura ao qual eu me ateno não possui referentes múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (Geertz, 2008, p. 66).

Assim, tal como existem muitas atitudes diferentes e muitas formas diferentes de conhecimento dentro da cultura que precisam de ser transmitidas, também existem diferentes “sistemas culturais” para transmitir este conhecimento. Mas então o que seria propriamente dizer que a religião é um sistema cultural? O que isso significa? Como resposta, Geertz a oferece definindo a religião como:

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de facticidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realista (Geertz, 2008, p. 67).

Nesse ponto, Geertz expõe também que os símbolos religiosos formulam uma congruência básica entre um estilo de vida particular e uma metafísica específica (implícita, no mais das vezes) e, ao fazê-lo, sustentam cada uma delas com a autoridade emprestada do outro (Geertz, 2008, p. 67). Além disso, segundo Pals, quando se afirma repetidamente que esses símbolos “estabelecem disposições e motivações poderosas, generalizadas e duradouras”, podemos resumir isso dizendo que a religião influencia profundamente os sentimentos das pessoas e também molda suas vontades (Pals, 2019, p. 334).

As motivações são guiadas por um conjunto duradouro de valores, ou seja, aquilo que as pessoas consideram como bom ou correto. São objetivos que as pessoas buscam alcançar e são influenciados pela religião. Nesse plano, a religião é tanto uma visão de mundo quanto um ethos, isto é, engloba ideias e crenças sobre o mundo, juntamente com uma inclinação



para sentir e agir em conformidade com essas ideias.

Ademais, tem-se a discussão proposta por Max Weber acerca das religiões racionalizadas. Pals (2019) cita sobre essa discussão com a ideia proposta por Max Weber, no artigo de Geertz intitulado “*Internal Conversion’ in Contemporary Bali*”, apontando para religiões racionalizadas, estas, as grandes religiões mundiais como judaísmo, cristianismo, e entre outras, que se concentram em princípios espirituais universais.

O autor afirma que os seguidores dessas religiões são plenamente conscientes de suas ações, sabem, e são ensinados a saber, que estão dando assentimento pessoal a um sistema ordenado de ensinamento que abrange o mundo e a vida. Religiões racionalizadas, contudo, sempre levantam essas questões numa escala cósmica; elas incluem o mundo inteiro. Segundo Pals, “elas apontam não para um único bruxo, mas para Satã, que introduziu o pecado no mundo” (Pals, 2019, p. 338).

Nesse segmento, aplicado pro contexto brasileiro atual, essas religiões (principalmente as cristãs) que enfatizam princípios espirituais universais, como a ideia de um Deus uno, estabelecem a singularidade de um único caminho para o divino. A ideia é que seguindo esse caminho, as pessoas têm acesso ao que é considerado “realmente real”, algo mais significativo do que qualquer outra coisa.

Tal perspectiva alimenta a noção de superioridade e exclusividade, contribuindo para uma visão de mundo que marginaliza aqueles que não seguem o mesmo caminho prescrito, cria barreiras à coexistência pacífica entre diversas comunidades de fé, e as interpretações e práticas dentro dessas tradições podem ser utilizadas para justificar ou perpetuar atitudes discriminatórias que, como será exposto a seguir, tem uma base pura na questão racial.

1.1 Entendendo como o racismo opera no âmbito religioso

De acordo com os princípios de laicidade na Constituição Federal de 1988, o Art. 5º, inciso VI, assegura liberdade de crença aos seus cidadãos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

É fato que em nosso tempo vivemos em uma realidade onde tal constatação da constituição não se comprova, ainda mais em uma era cristã expressa em todos os lugares possíveis, seja nos feriados e calendários, ou até mesmo nos símbolos presentes nas cédulas de dinheiro



(a expressão “Deus seja Louvado” no verso), e, acreditar na doutrina cristã é muito mais aceitável do que pertencer a outras denominações de fé, tanto que alguns desses grupos - cristãos - institucionalmente ligados a políticas estatais, perseguiram, assassinaram e criminalizaram indivíduos em nome da expansão e da necessidade de defesa de uma única verdade, como aponta Geertz. Embora princípios como destruição, assassinato sejam condenados por suas doutrinas e até considerados pecados, foram adotados como estratégias para subjugar e dominar territórios e culturas consideradas inferiores.

Essas características podem ser elucidadas por conta do esforço que essas religiões de maior número no Brasil fazem quanto a negação da existência do outro por meio do apagamento de sua cultura e de suas crenças religiosas, e com uma estreita relação com um projeto de poder relacionado ao proselitismo. Dessa forma, Nogueira (2020) afirma que:

A incitação à intolerância, sobretudo em relação às religiões de matrizes africanas, parte de discursos proferidos por pastores, padres e até autoridades políticas. Tudo em nome de uma agenda moral transformada em uma crença que se resume ao desejo de se encontrar uma solução rápida e mítica no mau sentido da palavra para os problemas de segurança pública, em busca de uma educação de qualidade, da manutenção de valores da suposta família tradicional e de uma política anticorrupção. [...] O poder no ato de produção das palavras é aquele enunciado por um sujeito, uma determinada situação cujos indivíduos envolvidos retroalimentam a crença no que está sendo proferido (em espaços religiosos, por exemplo) e na afirmação de que no espaço da dominação aquele que possui o poder institucionalizado pode e deve exercer poder sobre os demais. Assim, a violência, imperceptível entre os que estão envolvidos, se naturaliza (Nogueira, 2020, p. 35-36).

Nesse prisma, os seguidores das religiões afro-brasileiras vivenciam uma tensão constante, tanto dentro quanto fora dos terreiros. Crianças dessas religiões são alvo de bullying e proibidas de frequentar a escola; mães e pais de santo são assassinados e têm seus terreiros incendiados; e até filhos e filhas de santo são impedidos de circular em determinados territórios ao expressarem os símbolos de sua fé, entre outros exemplos.

Baseado nisso, segundo levantamento da Safernet, ONG que mantém uma central de denúncias de violações contra direitos humanos, como racismo, misoginia e xenofobia, os ataques de intolerância religiosa em 2022 cresceram cerca de 522%, totalizando cerca de mais de 3818 casos e ocupando o 2º lugar de crimes de ódio em aumento. Outrossim, opera-se uma dinâmica em que classifica e divide hierarquicamente as pessoas binariamente em “eu” e “outro”, em sujeito e objeto.

A autora Grada Kilomba (2019) portanto, define esse processo e contribui para o



entendimento e construção do racismo da seguinte forma:

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “Elas/es querem tomar o que é Nosso, por isso Elas/es têm de ser controladas(os).” A informação original e elementar - “Estamos tomando o que é Delas(es)” - é negada e projetada sobre a/o “Outra/o” - “elas/ eles estão tomando o que é Nosso” -, o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. Esse fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (self). [...] O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. [...] Em termos psicanalíticos, isso permite que os sentimentos positivos em relação a si mesma/o permaneçam intactos - branquitude como a parte “boa” do ego - enquanto as manifestações da parte “má” são projetadas para o exterior e vistas como objetos externos e “ruins” (Kilomba, 2019, p. 34-37).

Assim, a discriminação contras religiões de matriz africana é reforçada e definida tendo em vista que renegar o outro é, de certa maneira, uma afirmação da própria identidade. Portanto, por conta desse ato de negação, no decorrer da história a humanidade testemunhou diversas violações da chamada “liberdade religiosa”. Assim, a noção de raça opera atualmente como uma construção sociológica e uma categoria social. Esses conceitos ajudam a elucidar como a imagem do diabo foi moldada na sociedade cristã ocidental, sendo associada principalmente a indivíduos negros que possam representar uma ameaça ao atual controle político-religioso visivelmente cristão.

2. A experiência do terreiro de candomblé (de tradição Ketu) Ilê Asé Ayaba Omi

Para entender de maneira prática os conceitos delineados anteriormente, optou-se por uma pesquisa de natureza etnográfica. Essa abordagem foi escolhida devido à sua capacidade de proporcionar uma compreensão mais profunda das subjetividades no ambiente investigado, envolvendo crenças, símbolos, valores e significados subjacentes às ações dos praticantes. A entrevista foi conduzida para analisar o caso do terreiro de tradição ketu *Ilê Asé Ayaba Omi*, situado no bairro do Ibura, no estado de Pernambuco. A seleção desse terreiro específico para investigação sobre como os adeptos de tradição Ketu enfrentam o racismo religioso fundamentou-se na acessibilidade de informações, facilitada pelo fato de um membro de minha família fazer parte dessa religião. A fim de preservar possíveis danos, a identidade de todos não será revelada. Nesse contexto, elaborou-se um roteiro com perguntas sobre as experiências pessoais, as relações com a religiosidade e



as formas prevalentes de discriminação. As narrativas compartilhadas proporcionam uma compreensão profunda dos eventos na vida pessoal e social dos praticantes, revelando sua organização e atos de resistência.

Observa-se, inicialmente, que os adeptos do terreiro enfrentam diariamente o racismo religioso ao se engajarem na prática da religião, evidenciando uma resistência persistente a esse preconceito contra religiões afro-brasileiras, que tem raízes antigas. A análise revela que os comentários de ódio e os ataques tornam-se mais intensos quando os praticantes, vestindo trajes específicos da religião, se reúnem em público. O racismo religioso que enfrentam é permeado por uma narrativa que os associa ao culto ao diabo e rituais de magia negra. Essas constatações suscitaram reflexões por minha parte sobre a evidente negligência e marginalização dos conhecimentos candomblecistas na sociedade brasileira. Dada a herança histórica colonial, percebe-se a reprodução e legitimação não apenas da inferioridade das religiões afro-brasileiras em relação às cristãs, mas também a perpetuação de violência física e simbólica. Essa realidade contribui para a desumanização, subjugação e aniquilação.

Outrossim, observou-se também uma notável desinformação em relação aos orixás cultuados nos terreiros. Os orixás são divindades diretamente conectadas aos elementos da natureza, regendo energias que movem o universo e a vida humana. Além disso, são portadores do axé, forças responsáveis pela criação da luz e dos caminhos de energia positiva. Apesar de muitas figuras estarem associadas ao sincretismo do catolicismo, a hegemonia desta e de outras religiões cristãs continua reforçando a intolerância e o racismo religioso contra a religião de matriz afro.

A naturalização do racismo religioso contra seguidores do candomblé pode ser entendida como um reflexo do momento em que o racismo na sociedade brasileira passa a ser aceito e incorporado nas práticas religiosas de matriz cristã. Nesse contexto, emerge um discurso carregado de ódio e a demonização das divindades e das raízes negras, refletindo uma herança colonial. Esse fenômeno contribui para os ataques que vão além dos praticantes da religião, chegando ao extremo de incendiar terreiros de candomblé.

Além disso, durante a entrevista, ficou evidente a importância das oferendas. Como expressão de dedicação aos orixás e a Olorum, os praticantes realizam oferendas em dias específicos para cada divindade, oferecendo velas, flores de diversas espécies, frutas, peixes, doces e outros itens de acordo com as preferências de cada entidade. Nesse contexto, os praticantes destacam que alertam aqueles que ousam desrespeitar ou depredar as oferendas aos orixás. Esse ato de destruição é profundamente doloroso para os mesmos, pois a oferenda representa uma conexão vital com os orixás. Pelas palavras dos entrevistados, fica claro que essas ações são realizadas supostamente para mostrar



ausência de medo ou para afirmar a supremacia de suas crenças.

Assim, mesmo enfrentando as mais cruéis formas de violência relacionadas à sua religião, a entrevista revelou que os praticantes não se deixam abalar pela discriminação, pois sua fé nos orixás os fortalece a cada dia e reafirma a prática de sua religiosidade. A mensagem que desejam transmitir é que o candomblé é uma religião de paz e acolhimento, e que, como ponto crucial, buscam ampliar a compreensão sobre a religião para erradicar o preconceito profundamente enraizado na sociedade brasileira.

Considerações finais

Desarte, nota-se que na esteira da diversidade cultural brasileira, mesmo com a Constituição de 1824 e 1988 traçarem um cenário promissor para a liberdade religiosa e posteriormente garantido a inviolabilidade do direito à liberdade de crença, o cenário contemporâneo revela um intrincado padrão de intolerância baseado no racismo. A teoria de Geertz, ao ressaltar a importância dos símbolos e significados, lança luz sobre a relação entre cultura, religião e como o sistema de símbolos cria um padrão de interpretação da vida e, sendo assim, possível a compreensão da persistência do preconceito religioso com religiões consideradas inferiores perante as dominantes. Na experiência do terreiro de candomblé *Ilê Asé Ayaba Omi*, revela-se uma narrativa não apenas de intolerância religiosa, mas de um profundo racismo que transcende a negação de crenças, afetando a própria humanidade dos praticantes. O termo “racismo religioso” então, surge como um constructo que vai além da intolerância, explorando as dimensões sistêmicas e estruturais desse fenômeno, demandando uma reflexão urgente e ações transformadoras.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.
- Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>



ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.

Geertz, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 15.reimpr.. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Kilomba, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Nogueira, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

Pals, Daniel L. **Nove teorias da religião**. Tradução de Caesar Souza. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Coleção Antropológica, 2019.

Safernet. Hotline. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/#mobile>. Acesso em: 12 jan. 2024.